

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	XI
<i>Prefácio</i>	XIII
1. Arbitragem: Instituto Jurisdicional Autônomo e com Características Próprias	1
1.1. Breve Retrospectiva Histórica	1
1.1.1. Conseqüências do dismantelamento do Império Romano	1
1.1.2. Conseqüências da realização das feiras	2
1.2. Arbitragem: Instituto Autônomo	3
1.2.1. Métodos negociais	4
1.2.1.1. Entendimento direto ou autocomposição.....	4
1.2.1.2. Mediação.....	5
1.2.1.3. Conciliação como resultado do entendimento direto ou da mediação.....	6
1.2.2. Métodos jurisdicionais	8
1.2.2.1. Princípio do contraditório	9
1.2.2.2. Solução judiciária – jurisdição estatal	9
1.2.2.3. Arbitragem – jurisdição contratual	11
1.3. Arbitragem: Instituto com Características Próprias	12
1.3.1. Manifestação da vontade das partes.....	13
1.3.2. Modalidade: arbitragem institucional x arbitragem <i>ad hoc</i>	13
1.3.3. Direito material – artigo 2º.....	15
1.3.4. Árbitros	16
1.3.5. Direito processual	17
1.3.6. Direito material	19
1.3.7. Vantagens da arbitragem	20
1.3.7.1. Eficiência e conveniência	21
1.3.7.2. Custo e celeridade.....	22
2. Arbitragem em Casos Envolvendo Partes Distintas	25
2.1. Breve Retrospectiva Histórica	25
2.1.1. O contexto econômico e o GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio	26
2.1.2. A Constituição das Organizações Internacionais	27
2.2. A Utilização da Arbitragem em Casos de Conflitos Distintos quanto às Partes Envolvidas.....	28
2.3. Acordos no Mercosul sobre Arbitragem	29

3. O Tratamento da Arbitragem entre Particulares no Brasil.....	31
3.1. O Estado.....	31
3.2. Delegação do Exercício da Função Jurisdicional.....	34
3.3. Autorização para a Delegação por meio de Lei ou de Tratado Internacional.....	37
3.4. Controle da Atividade Arbitral.....	39
4. Alterações Promovidas pela Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.....	43
4.1. Breve Retrospectiva Histórica.....	43
4.2. A Sistemática Anterior.....	43
4.2.1. Necessidade de homologação pelo Poder Judiciário.....	44
4.2.2. Laudos arbitrais proferidos no exterior.....	44
4.3. A Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Nova Lei de Arbitragem).....	45
4.3.1. Primeira alteração importante: título executivo jurisdicional.....	45
4.3.2. Segunda alteração importante: abolição da dupla homologação.....	47
5. A Convenção de Arbitragem entre Particulares na Lei e Jurisprudência Brasileiras.....	49
5.1. Conceituação Legal.....	49
5.2. A Sistemática Anterior.....	49
5.3. Terceira Alteração Importante: Compromisso Arbitral Necessário (?) e Facultativo.....	50
5.4. A Significativa Contribuição Jurisprudencial.....	52
6. A Convenção de Arbitragem entre Particulares na Doutrina Brasileira Atual.....	59
6.1. Compromisso Arbitral Necessário.....	59
6.2. Compromisso Arbitral Desnecessário.....	61
7. Análise Preliminar: do Fato ao Contrato.....	65
7.1. Fatos Jurídicos.....	65
7.2. Atos Jurídicos.....	65
7.3. Negócios Jurídicos.....	66
7.4. Contratos.....	66
8. A Cláusula Arbitral enquanto Contrato.....	69
9. A Cláusula Arbitral: Existência, Validade e Eficácia.....	73
9.1. Existência Autônoma.....	73
9.2. Validade.....	74
9.2.1. Capacidade das partes.....	74
9.2.2. Objeto lícito.....	74
9.2.3. Forma prescrita em lei.....	75
9.3. Eficácia.....	75
9.4. Conseqüência da Existência, da Validade e da Eficácia.....	76
10. Cláusula Arbitral enquanto Norma Processual.....	79
10.1. Procedimento e Processo.....	79
10.2. Pressuposto de Constituição e Desenvolvimento Válido e Regular do Processo.....	79
10.3. Ato de Caráter Material x Ato de Caráter Processual.....	81
10.4. Cláusula Arbitral Cheia x Cláusula Arbitral Vazia.....	82
10.4.1. Arbitragem institucional.....	82
10.4.2. Arbitragem <i>ad hoc</i>	83
11. O Compromisso Arbitral.....	85

11.1. Carácter Regulamentar x Autonomia.....	86
11.1.1. Inocorrência de cláusula arbitral	86
11.1.2. Preexistência de cláusula arbitral cheia.....	86
11.1.3. Preexistência de cláusula arbitral vazia.....	87
12. O Compromisso Arbitral enquanto Contrato	89
13. A Convenção de Arbitragem na Legislação Estrangeira.....	91
14. Análise da Constitucionalidade do Artigo 7º da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.....	101
14.1. O Entendimento do Ministro Sepúlveda Pertence	102
14.2. A Constitucionalidade do artigo 7º da nº Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996.....	103
Conclusões	105
Bibliografia	109